

**ASSOCIATIVISMO, PROFISSÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS
III SEMINÁRIO NACIONAL DE TRABALHO E GÊNERO**

Gênero, associativismo e políticas de emprego e renda

**O TRABALHO ASSOCIATIVO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB
A ÓTICA DO GÊNERO**

Jaqueline Pereira de Oliveira Vilasboas

O TRABALHO ASSOCIATIVO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A ÓTICA DO GÊNERO

Jaqueline Pereira de Oliveira Vilasboas¹

RESUMO

Um conjunto de transformações de ordem econômica, política e social engendraram modificações substanciais no mundo do trabalho, fazendo com o que surjam novos formatos de trabalho, em geral, caracterizados pela precariedade, vulnerabilidade e instabilidade. Essas novas configurações de trabalho são nitidamente marcadas pela transversalidade de gênero, uma vez que as mulheres são maioria no interior do trabalho terceirizado, subcontratado, *part-time*, temporário, flexível, cooperativado, em domicílio, autônomo, etc. O trabalho associativo em economia solidária se inscreve nesse processo, e como tal insere uma maioria significativa de mulheres no interior de seus empreendimentos. Partindo desse fato, o artigo em questão tem por finalidade fazer uma discussão a partir das percepções das mulheres sobre o trabalho desempenhado por elas em alguns empreendimentos de economia solidária da cidade de Goiânia-GO e Campinas-SP. Na primeira parte do artigo, faz-se uma discussão em torno das transformações no mundo do trabalho e a forma como a transversalidade de gênero perpassa esse processo. Na segunda parte, apresenta-se uma discussão conceitual em torno da economia solidária, enfatizando seus limites e possibilidades. Por fim, discute-se, a partir do ponto de vista das trabalhadoras, as assimilações, as dificuldades e as insatisfações decorrentes do trabalho associativo em economia solidária.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho, Gênero, Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas nos últimos tempos, sobretudo aquelas engendradas pela mundialização do capital, têm modificado substancialmente o mundo do trabalho e a classe trabalhadora. Com a crise do binômio taylorismo/fordismo e a emergência de novas tecnologias ocorreu uma transformação na lógica do processo produtivo e na organização do trabalho.

Tal realidade provocou a emergência de novos formatos de trabalho, dentre os quais podemos destacar o trabalho terceirizado, subcontratado, *part-time*, temporário, flexível, cooperativado, em domicílio, autônomo, etc. Esses tipos de trabalho têm em comum o fato de serem frequentemente instáveis, mal remunerados e marcados pela precariedade e desregulamentação. Ademais, esses postos de trabalho são perpassados pelas transversalidades de gênero, raça/ etnia, geração, etc. (ANTUNES, 2005).

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: jaquelineoliveira_@hotmail.com

Dentre essas novas formas de trabalho, o artigo em questão destaca o trabalho associativo em economia solidária e o analisa segundo a perspectiva de gênero, uma vez que, conforme demonstram inúmeras pesquisas, as mulheres são maioria no interior desses empreendimentos.

Como um desdobramento de minha dissertação de mestrado defendida recentemente², o artigo em questão tem por finalidade fazer uma discussão em torno das percepções das mulheres sobre o trabalho desempenhado em empreendimentos de economia solidária de duas cidades: três cooperativas em Goiânia-GO, sendo duas de reciclagem, COOPREC e A. Ambiental, e uma de alimentação, Padaria Comunitária Nutrivida; e três empreendimentos em Campinas-SP, sendo duas de reciclagem, Nossa Senhora Aparecida e Antônio Costa Santos, e uma de costura, Mulheres de Mazarello. Os dados que compõem esse artigo resultam de 10 entrevistas semi-estruturadas, de trabalho de campo exploratório, bem como de observações dos processos de organização e execução dos trabalhos nas cooperativas.

Na primeira parte do artigo, faz-se uma discussão em torno das transformações no mundo do trabalho e a forma como a transversalidade de gênero perpassa esse processo. Na segunda parte, apresenta-se uma discussão conceitual em torno da economia solidária, enfatizando suas possibilidades e limites. Por fim, discute-se o perfil das trabalhadoras que compõem essas iniciativas, as motivações que as levaram a fazer parte do trabalho associativo, bem como as suas diferentes percepções sobre o trabalho executado no interior dos empreendimentos dos quais elas fazem parte.

GÊNERO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO

A mundialização, dada pelo processo de transnacionalização do capital e impulsionada por elementos econômicos e políticos neoliberais, afetou não só as estruturas sociais, mas também, de forma direta, o mundo trabalho e a classe trabalhadora.

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo e a emergência de novas tecnologias ocorreu uma transformação na lógica do processo produtivo e na organização do trabalho. A palavra de ordem passa a ser a flexibilidade e essa se materializa no processo de reestruturação do capital, rearranjo social resultado de

² Economia Solidária: relações de trabalho emergentes e a configuração de novas identidades. Dissertação defendida em 02/2010 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, sob orientação de Jordão Horta Nunes.

decisões políticas de setores que, frente a uma nova correlação de forças entre capital e trabalho, decidiram não só romper com o pacto de trabalho anterior, caracterizado pela estabilidade e seguridade social, como também destruir o conjunto de intencionalidades que deram lugar a chamada sociedade salarial (CASTEL, 1998).

As políticas neoliberais, em nome da produtividade e da competitividade, impulsionaram a emergência da desregulamentação, privatização, subcontratação e internacionalização do capital, ao lado do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, que possibilitaram o processo de descentralização e desterritorialização do espaço produtivo. Deste modo, ocorreu uma diminuição do trabalhador industrial, estável, especializado e regulamentado, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis e estruturados por meio de empregos formais.

Assim, a sociedade moderna capitalista delineou uma nova morfologia trabalho-com o objetivo de acumular capital- explorando a mão-de-obra, buscando insumos mais baratos e ampliando o mercado- e de fragmentar o trabalho outrora organizado- caracterizada pelo trabalho terceirizado, subcontratado, *part-time*, temporário, flexível (da jornada de trabalho, dos processos de trabalho, vínculos do trabalho), cooperativado, em domicílio, autônomo, entre tantas outras formas semelhantes de informalização, além de manter um enorme exército de reserva de desempregados e desempregadas que proliferam em todas as partes do mundo (ANTUNES, 2005; 2007).

Torna-se, assim, fundamental destacar que essas novas configurações são marcadas também por múltiplas transversalidades tais como gênero, raça/etnia, classe e geração. Dentre essas, a transversalidade de gênero tem um caráter nitidamente estruturante, pois ela perpassa todo esse processo na medida em que são atribuídos papéis diferenciados para homens e mulheres no mundo do trabalho em transformação, reforçando assim a permanência da divisão sexual do trabalho.

Breves considerações sobre a divisão sexual do trabalho

As bases teóricas do conceito de divisão sexual do trabalho emergiram no início dos anos 70 sob o impulso do movimento feminista. Um dos critérios que marcou o surgimento desse movimento foi o reconhecimento da existência de opressão específica nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, a saber, uma grande quantidade de trabalho era exercida de forma gratuita pelas mulheres, e esse trabalho era realizado

dentro da esfera privada, era invisível, repetitivo, destituído de valor social ou cultural e era realizado para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal (KERGOAT, 2009).

A divisão sexual do trabalho tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva, funções exercidas no âmbito público e que têm grande reconhecimento social, e das mulheres à esfera reprodutiva, funções exercidas no campo privado, sem valorização social e que têm associação direta com as atividades domésticas. O cuidado com as crianças, com os adultos dependentes e a gestão da esfera familiar, em geral fica a cargo da mulher. Assim, quando essa consegue uma inserção no mercado do trabalho, cabe a ela conciliar vida profissional e vida familiar (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Um conjunto de transformações de ordem social, econômica e cultural, dentre as quais se destacam, por um lado, as necessidades do capital e, por outro, os novos papéis sociais que a sociedade atribuiu às mulheres, possibilitaram a participação das mesmas em atividades remuneradas. Contudo, se faz necessário problematizar essa inserção, uma vez que ela é marcada por desigualdade e precariedade, além de não ter significado uma mudança expressiva em relação aos padrões tradicionais relativos ao papel social da mulher e aponta continuidades que dificultam a dedicação das mesmas ao trabalho. Tal realidade propiciou a emergência de análises que considerassem de forma simultânea o trabalho doméstico e profissional, conferindo assim os demais elementos para se pensar em termos de uma divisão sexual do trabalho.

De acordo com Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho tem dois princípios norteadores, a saber, o da separação e o hierárquico. O primeiro indica que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o segundo que o trabalho do homem vale mais, tanto economicamente quanto social e culturalmente, do que o da mulher. Esses dois princípios existem em todas as sociedades, no entanto, a divisão sexual do trabalho não é um dado imutável e unívoco, ao contrário, ela é permeada de grande plasticidade e pode assumir diferentes configurações.

Para Hirata (2009), dentre as teorizações sobre a divisão sexual do trabalho, duas se destacam e são ideologicamente e epistemologicamente opostas, a saber, a teoria do vínculo social e o da relação social.

A teoria de vínculo social pode ser compreendida de três formas diferenciadas. Primeira, remete mais a uma ideia de complementaridade ou uma conciliação de papéis

entre homens e mulheres, por exemplo: a mulher tem a função de exercer as tarefas domésticas e cuidar dos filhos. Segundo, ela pode significar uma forma de conciliação entre o profissional e o familiar; em tese esse modelo seria a condição necessária de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no campo profissional. Contudo, na prática, cabe sempre à mulher realizar a conciliação entre a vida familiar e profissional. Em terceiro lugar, ela pode assumir uma forma de delegação entre mulheres: mulheres delegam a outras mulheres suas tarefas domésticas, o que reduz as contradições e conflitos na vida familiar (KERGOAT, 2010).

Hirata (2009) esclarece que a abordagem da divisão sexual do trabalho em termos de complementaridade acentua uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, entre trabalho doméstico e profissional, e no interior deste, favorece uma separação que possibilita a reprodução de papéis sexuais.

Já a segunda teoria, baseada na ideia de relação social, fundamenta-se na noção de uma relação antagônica entre homens e mulheres, pois essa relação está estruturada em um dos aspectos da divisão social do trabalho, qual seja, a divisão sexual do trabalho, cujo princípio fundamental é o hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino; aqui a ideia de opressão/dominação está fortemente contida. Essa abordagem expressa a lógica da contradição e do conflito, que se opõe substancialmente à ideia de conciliação e complementaridade.

A partir dessas considerações, é importante observar que o processo de mundialização do capital reforça a divisão sexual do trabalho, uma vez que, conforme demonstra Hirata (2009), de um lado, esse fenômeno possibilita a expansão do emprego assalariado e remunerado para as mulheres, contudo, ele absorve o trabalho feminino no interior de empregos que são frequentemente instáveis, parciais, mal remunerados, marcados pela precariedade e desregulamentação.

Ademais, é possível observar que o nível de remuneração das mulheres permanece inferior em relação ao dos homens, mesmo quando ambos estão inseridos na mesma atividade, tal qual ocorre com os direitos sociais e do trabalho. De maneira geral o quadro que permanece é aquele em que as atividades de concepção são realizadas predominantemente pelos homens, enquanto que aquelas de maior trabalho intensivo, com menores níveis de qualificação, são destinadas às mulheres (ARAUJO, 2005; LEITE, 2009).

O trabalho associativo com perspectiva da economia solidária se inscreve nesse processo de precariedade e desregulamentação e se torna uma realidade cada vez mais presente no interior de vários países de terceiro mundo, sobretudo no Brasil. E como quase todos postos de trabalhos instáveis, as cooperativas e associações absorvem uma maioria significativa de mulheres no interior de seus empreendimentos, o que torna essencial lançar um olhar com uma perspectiva de gênero sobre essas iniciativas.

A despeito dessa realidade de precariedade e vulnerabilidade, alguns estudiosos da temática acreditam que os princípios, que em tese, configuram a prática dos empreendimentos solidários seriam capazes não só de prover economicamente seus cooperados, mas seriam capazes também de promover uma transformação social substancial fazendo emergir relações mais igualitárias. Assim compreendida, a economia solidária pode ser vista como um dos caminhos possíveis para a construção de relações de gênero mais igualitárias e para a melhoria das condições de vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social, conforme afirma GUÉRIN (2005).

Assim, as partes subseqüentes desse artigo objetivam discutir duas questões: a forma como alguns autores compreendem a economia solidária enquanto possibilidade de transformação social, incluindo aí as transformações em torno das questões de gênero, e a forma como as mulheres de fato vivenciam essas experiências.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO

Um dos principais teóricos e pesquisadores da economia solidária no Brasil é o professor e economista Paul Singer. Segundo esse autor, a economia solidária é um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Segundo Singer (2002), a aplicação desses princípios torna possível a emergência de um modo de produção que tenha por pilares a solidariedade, a igualdade e a autogestão e que possibilite a superação do modo de produção capitalista.

O ponto crucial da proposta elaborada pelo referido autor é que a economia solidária tem o potencial de romper com a separação entre o trabalhador e a posse dos meios de produção, possibilitando ao mesmo a conquista da autogestão e da autonomia, fundamentais para que ocorra a transformação das relações sociais.

Entretanto, vários estudiosos da temática acreditam que os empreendimentos solidários, tal qual estão estruturados na atualidade, são pouco eficazes no sentido de

superar o modo de produção capitalista, mas são extremamente significativos no sentido de estabelecer relações de proximidade entre a esfera econômica e as demais esferas sociais.

Um dos principais teóricos da economia solidária que partilha desse ponto de vista é Jean Louis Laville (2006), que propõe uma análise desta alternativa como um conjunto de práticas que colaboram para rearticular o econômico à outras esferas da sociedade. Estão inclusas nestas práticas a criação ou manutenção dos empregos, a moradia coletiva, os serviços coletivos de saúde, proteção ao meio-ambiente, créditos solidários entre outras. Assim considerada, a economia solidária teria uma natureza híbrida, ou seja, seria capaz de criar vínculos entre as esferas econômicas, sociais, políticas e culturais, além de possibilitar a transformação social por meio do desenvolvimento local.

José Luís Coraggio também contribui muito para as reflexões acerca da economia solidária. Entretanto, ele convencionou designar estas práticas como economia do trabalho, uma economia social que vai além dos interesses individuais e que busca, prioritariamente, a criação de bens coletivos.

Para Coraggio (2000) existe um amplo conjunto de atividades inserido nesse tipo de economia, entre as quais se destacam as cooperativas, o trabalho por conta própria e as atividades de produção de bens e serviços que são consumidos pelas unidades domésticas sem passar pelo mercado, tais como: o trabalho de limpeza, de cozinha, de cuidado, na horta, na construção de móveis etc.

Para o referido autor a insuficiência da economia capitalista em inserir a população trabalhadora em seus empreendimentos, estaria levando a massa de trabalhadores excluída a buscar formas de subsistência na economia doméstica, cuja lógica é a reprodução ampliada da vida, entendida por ele como a possibilidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas a partir do desenvolvimento das capacidades e das oportunidades sociais. Ademais, a economia do trabalho encerra um conjunto de atividades que não só produzem mercadorias, mas que produzem novos comportamentos sociais.

Coraggio (op. cit) acredita na possibilidade de uma economia alternativa que se desenvolva a partir dos setores populares e que fortaleça os vínculos e as capacidades daqueles que estão envolvidos em sua produção. Esta economia, a partir do ponto de

vista do autor, não tem a pretensão de substituir a economia centrada no capital, mas deve ser capaz de concorrer com ela.

O autor supracitado considera que seja possível o desenvolvimento desta forma econômica, mas enfatiza que ela não se constituíra naturalmente, já que requer a investigação de caminhos para seu desenvolvimento, redes que se articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e redes populares.

Para Coraggio (op. cit) a transformação social não é resultado natural do desenvolvimento desta economia como, por exemplo, acredita Laville. Trata-se apenas de uma possibilidade que pode não ocorrer necessariamente. A transformação depende de uma eficaz ação sociopolítica no sentido de transformar a economia dos setores populares num sistema de economia do trabalho.

A partir destas considerações, a economia solidária pode ser compreendida como um conjunto de iniciativas e práticas sócio-econômicas diversas (FRANÇA FILHO, 2001). De forma mais precisa, trata-se de um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção e comercialização organizadas em torno de oito princípios fundamentais, a saber, a autogestão, a democracia, a participação, o igualitarismo, a cooperação, a auto-sustentação, o desenvolvimento humano e o compromisso social (GAIGER, 2007; SINGER, 2002).

De acordo com Guérin (2005), a estruturação descrita acima faz com que a economia solidária seja entendida como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero no interior do trabalho associativo, bem como proporcionar um engajamento com pretensões políticas que tenha por objetivo lutar pela supressão das desigualdades sociais e transformá-las em direitos reais.

Assim sendo, importa agora considerar a realidade empírica com o intuito de verificar até que ponto as considerações supracitadas estão em consonância com o cotidiano do trabalho no interior desses empreendimentos e o que eles têm significado para as mulheres que dele fazem parte.

O SENTIDO DO TRABALHO NOS EMPREENDIMENTOS ESTUDADOS

Neste tópico, será discutida a forma como as trabalhadoras vivenciam o cotidiano nos empreendimentos de economia solidária. Primeiramente será apresentado um breve perfil das trabalhadoras pesquisadas e os motivos pelos quais elas entraram na cooperativa ou associação. Posteriormente, serão discutidas as assimilações positivas,

bem como os aspectos negativos decorrentes do trabalho no interior desses empreendimentos.

Perfil das trabalhadoras pesquisadas

A faixa etária das entrevistadas variou entre 20 e 65 anos de idade. Quanto à cor, existe uma predominância de negras e pardas. No que diz respeito à escolaridade, a maioria das entrevistadas têm no máximo o ensino fundamental incompleto ou nunca chegaram a freqüentar a escola; cinco finalizaram o ensino médio e somente uma concluiu o ensino superior. Vale acrescentar que, em relação aos homens, as mulheres têm maior escolaridade e, mesmo assim, sentem muito mais as dificuldades de inserção no mercado e estavam desempregadas há mais tempo que eles.

Quanto à configuração familiar, foi possível observar que algumas entrevistadas possuem um companheiro, sem que isso signifique que a união seja formalizada, e uma presença significativa da mãe solteira e da mulher separada com filhos. A quantidade de filhos é um aspecto comum no conjunto dos entrevistados: a média supera 3 filhos por trabalhadora; que afirmam que o sustento e a educação dos mesmos são possibilitados pela renda proporcionada pela cooperativa, haja vista a dificuldade de se conseguir outro trabalho que pudesse proporcionar melhores salários e, por conseguinte, melhores condições de vida para seus familiares.

A presença feminina nos empreendimentos solidários em um primeiro momento pode ser compreendida por alguns fatores expressos nas entrevistas. Em primeiro lugar, os trabalhadores dessas iniciativas são, normalmente, os próprios moradores do bairro onde ela está instalada, o que facilita para mulheres, que precisam conciliar o trabalho com as atividades do lar e com o cuidado com os filhos, conseguir uma inserção nesse tipo de atividade. O fato de estar próxima de casa e dos filhos fez com que as mulheres se interessassem muito por esse tipo de atividade. Esse aspecto demonstra a persistência da divisão sexual do trabalho, uma vez que reforça o papel designado às mulheres de serem as principais responsáveis pelas tarefas de “cuidado”.

Em segundo lugar, a maioria das mulheres entrevistadas, por terem pouca ou nenhuma escolaridade, não possuem qualificação profissional para atuarem no mercado de trabalho, a não ser que atuem como empregadas domésticas ou em outras atividades marcadas pela precariedade. Desse modo, as cooperativas ou associações tornam-se uma possibilidade importante para elas, que consideram que o trabalho, mesmo

oferecendo menores rendimentos, proporciona satisfação e menos preocupação, já que estão próximas dos filhos, além de se sentirem mais valorizadas.

Algumas mulheres relataram que seus companheiros são hostis ao trabalho executado por elas nos empreendimentos, mas mesmo assim resistiram e seguiram em frente. Elas relatam que existem muitos casos em que as cooperadas não agüentavam as constantes pressões e ameaças por parte de seus maridos e acabaram abandonando o empreendimento.

Quanto à trajetória profissional das entrevistadas, foi possível perceber que começaram a trabalhar desde tenra idade, seja no trabalho árduo do meio rural ou na cidade. Praticamente todas as entrevistadas estavam desempregadas antes de entrarem nas cooperativas e associações, e os vínculos de trabalho anteriores eram caracterizados pela precariedade: serviços domésticos sem registro em carteira, trabalho rural, prestação de serviços para empresas terceirizadas, etc.

Quando eu morava no interior eu trabalhava com a família Borges, era babá. Com quinze anos eu comecei a trabalhar aí eu já trabalhava de babá, ficamos sempre nessa família, foi ficando, aí foi morrendo eles, aí a gente foi voltando pra mesma família, aí eu trabalhava de servir café, aí foi acabando e vim pra cá. Eu trabalhei em fábrica, em fabrica de eletrônica Funata, e de lá da Funata eu fui pro Netinho, aí da Netinho fiquei quatorze anos e meio e de lá vim para a Cooperativa. (Maria, Cooperativa Antônio Costa Santos).

A primeira foi na agricultura. Com dez anos a gente já trabalhava porque minha mãe ficou viúva com oito filhos e a mais velha dela com onze anos, e a gente sempre trabalhava, fazíamos ração para dá pra os gados e a farinha, ela ficou viúva muito nova com trinta e cinco anos e meu pai era um senhor de idade (Lia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

Eu comecei a trabalhar eu tinha 7 anos, trabalhava na roça com o meu pai era lavrador e quando eu tinha 9 anos vim pra Goiânia e comecei a trabalhar em casa de família. Quando eu tinha 18 anos trabalhei nas Lojas Americanas uns oito anos e depois eu trabalhei em uma loja de quitandas. E daí eu vim trabalhar aqui (Joana, Cooperativa Cooprec).

A questão da migração é um elemento importante no interior dessas iniciativas. A maior parte das integrantes vieram de outras cidades, algumas, migraram para Campinas ou Goiânia ainda crianças e outras depois de adultos, na esperança de encontrar melhores condições de vida e trabalho.

Motivação para entrar na cooperativa ou associação

Ao analisarmos o perfil das trabalhadoras pesquisadas, observa-se que são mulheres que vivenciam um cotidiano marcado por inúmeras dificuldades, principalmente econômicas. Assim, quando perguntadas sobre o motivo pelo qual elas aderiram ao trabalho nas cooperativas foi possível constatar que a motivação principal para a inserção nos grupos é o fato de eles se constituírem como uma alternativa ao desemprego; tal afirmação pode ser corroborada a partir da fala das entrevistadas que encontraram nos grupos de economia solidária uma possibilidade de reinserção ao trabalho:

Eu tava parada, aí começou a chamar gente para vir se engajar nesse movimento, então vamos batalhar né, eu tinha acabado de sair lá da fábrica, aí vi esse programa e pensei vou na reunião (Maria, Cooperativa Antônio Costa Santos).

Primeiro foi por causa da renda, tava desempregada e precisava trabalhar, aí vim precisava arrumar um emprego, tava cansada de trabalhar de doméstica. Aí vim aqui acabei dando sorte, tem seis anos que tô aqui, eu prefiro trabalhar aqui do que de doméstica (Marilda, Cooperativa Nossa Senhora Aparecida).

Do ponto de vista teórico, os defensores da economia solidária vêem sua emergência não apenas como uma opção ao desemprego, mas como uma oportunidade de mudança frente às imposições do capitalismo, ou seja, enfatizam o caráter político-ideológico como um elemento preponderante na motivação para o ingresso no empreendimento (SINGER, 2002).

Contrariando essa perspectiva, a vivência empírica salienta, conforme apontam os relatos acima, uma adesão pragmática a essas iniciativas; elas são vistas, pelo menos em um primeiro momento, como uma alternativa concreta de ter acesso a renda. O ideário político transformador pode emergir ou não após as primeiras vivências dentro da cooperativa ou associação.

No entanto, essas iniciativas não podem ser desconsideradas uma vez que elas estão possibilitando, mesmo que de forma precária, que mulheres pobres tenham acesso a algum nível de consumo, o que colabora, mesmo que de forma modesta, para que essas trabalhadoras tenham acesso a melhores condições de vida, uma vez que, na

grande maioria dos casos, são elas as responsáveis por subsidiar financeiramente seus lares.

Nesse ponto, Guérin (2005) aponta a importância e a viabilidade das iniciativas solidárias, sobretudo em três aspectos importantes que são, em conjunto, importantes para a diminuição das desigualdades:

Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a diminuição desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modo de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm. E, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar da transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, elas contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocitárias; ora, essa redefinição e essa revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens conciliem melhor vida familiar e vida profissional. (GUÉRIN, Isabelle, 2005, p 17 e 18).

A economia solidária não pode ser tomada como um caminho que vai erradicar a pobreza e a desigualdade completamente, mas a realidade empírica demonstra que elas estão exercendo um importante papel no sentido de incluir, mesmo que de forma precária, economicamente os indivíduos que se inserem em seus empreendimentos.

Assimilações positivas

Do ponto de vista da maioria das entrevistadas, os empreendimentos nos quais elas estão inseridas possibilitaram um conjunto importante de assimilações que merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, foi possível perceber a ocorrência de um movimento em direção a novas expectativas frente ao futuro, uma vez que se tratam de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, e o acesso a renda, mesmo

que ínfima, significa para elas a possibilidade de vislumbrar melhores condições de vida.

Outro ponto que merece destaque é a capacidade que os empreendimentos têm de possibilitar a convivência com a diferença, em casa e no trabalho. Os trechos de algumas entrevistas apontam que uma das importantes apropriações foi a de aprender a conviver com o diferente, o que possibilita a vivência da tolerância, valor cada vez mais escasso na sociedade contemporânea, e favorece o crescimento enquanto pessoa e enquanto profissional que aprende a trabalhar em equipe.

Uma coisa que eu aprendi, que demorou, foi aceitar o diferente. Eu era muito exigente, às vezes minha idéia não batia com a idéia do outro, a outra pessoa pensava diferente e eu queria que a pessoa tivesse o mesmo pensamento que eu, aí entrava em atrito. Então uma das coisas que eu aprendi foi aceitar o diferente, saber conviver com ele, então isso pra mim foi uma mudança muito grande (Mariana, Cooperativa Cooprec).

Melhorou o meu relacionamento com as pessoas... (Marilda, Cooperativa Nossa Senhora Aparecida)

Eu acho assim que a minha convivência familiar mudou pra melhor, eu consegui entender os meus filhos melhor, meu marido nervoso eu consegui entender isso, consegui a convencer ele a respeitar os meus pensamentos, então, eu acho que isso eu aprendi, porque eu as vezes a gente ia conversar com ele e ele falava uma coisa que enfezava e a gente discutia, hoje eu já comecei eu acho que foi a Cooperativa que me ensinou isso... (Joana, Cooperativa Cooprec).

Também é digno de nota o fato de o empreendimento possibilitar a execução de uma atividade fora do âmbito doméstico. Elas afirmam que o trabalho desempenhado em casa, além de ser pesado e repetitivo, não é reconhecido. E o simples fato de sair de casa, de encontrar com outras pessoas, aprender o desempenho de alguma atividade, contribui muito para com a auto-estima, conforme demonstram os relatos a seguir:

Eu passo o dia que nem vejo, nem preocupo, preocupo com a situação! Mas despreocupo de outras situações da vida lá fora, do tédio de só ficar tocado dentro de casa, nem eu não dou conta de ficar dentro de casa não! (Valdete, Cooperativa Cooprec).

Eu fico muito triste de ficar só em casa. Termina de fazer as coisas... Termina e fica lá só sentada porque eu não vou para casa de ninguém porque eu não conheço ninguém aqui, conheço só uma pessoa que mora longe e não

posso ir na casa dela, eu não sei andar aqui também então é daqui para casa (Lia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

È melhor vir trabalhar aqui do que ficar só pedindo, reclamando, porque a dona de casa só fica reclamando, porque trabalha, trabalha e não é reconhecida, pelo menos o trabalho daqui me dá um reconhecimento. Eu me sinto bem trabalhando aqui (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Se eu não tivesse aqui seria ruim, porque eu só fazia o serviço de casa, ficava dentro de casa ou na casa das filhas para olhar os netos. Era bom também! Porque eu gosto muito dos meus netos, mas os netos vão pra escola e eu ficava sozinha, meu marido sai pra trabalhar eu já ficava sozinha (Sônia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

Embora a autogestão e a participação nas decisões sejam um dos desafios da prática de economia solidária, algumas cooperativas se esforçam para concretizar tais princípios e isso, mesmo que paulatinamente, pode modificar a atitude dessas mulheres em outras esferas da vida. Algumas mulheres relataram que começaram a manifestar o interesse em participar das decisões relativas à esfera privada e até mesmo na comunidade da qual fazem parte. Elas consideram esse um ponto muito positivo, embora eivado de conflitos, sobretudo por resistência de seus companheiros que encontram dificuldades em aceitar e entender a mudança no comportamento de suas companheiras.

Ademais, muitos relatos apontaram para o fato de que as pessoas encontram um sentido ao entrar na cooperativa: voltaram a estudar ou sentem o despertar deste desejo, aprenderam algum tipo de atividade, tiveram acesso a renda e ao consumo, etc. Apesar de seus inúmeros problemas, as cooperativas têm tido um papel importante na vida daqueles que dela fazem parte.

Dificuldades apontadas

Nem tudo são flores nos empreendimentos estudados. A heterogeneidade é uma característica importante, não só no tocante a diversidade de atividades, mas também no nível de satisfação e realização pessoal proporcionado pelo trabalho.

Se por um lado, existem trabalhadoras que se sentem satisfeitas no trabalho associativo, por outro há aquelas que se sentem envergonhadas de fazer parte desses grupos de trabalho e explicitam que estão ali porque não conseguem lugar no mercado de trabalho, além de enfatizar que, quando tiverem outra oportunidade de trabalho, deixarão o empreendimento.

A partir dos relatos analisados nas entrevistas, essa insatisfação pode ser explicada por uma multiplicidade de fatos que também são parte do cotidiano dessas experiências de trabalho. A precariedade do trabalho representada, principalmente, pela ausência de direitos, é uma das principais responsáveis pelo incômodo dos trabalhadores de fazerem parte dessas iniciativas. Eles relatam a importância de terem a garantia da aposentadoria, da licença maternidade, do auxílio doença, das férias remuneradas e outros direitos constitucionalmente concedidos aos trabalhadores formalizados.

Algumas cooperativas, predominantemente as da cidade de Campinas, se organizaram a fim de pagar o INSS e garantir alguns direitos a seus trabalhadores. Não obstante, essa realidade é muito restrita, pois a maioria das cooperativas ou associações, como, por exemplo, as organizadas na cidade de Goiânia, não possuem essa prática e os trabalhadores se sentem desprotegidos. A ausência do registro em carteira é motivo de muito sofrimento para alguns trabalhadores.

Eu ainda tô na COOPREC porque eu gosto mesmo de tá trabalhando, mas assim na parte familiar muitas pessoas falam: “Menina você tem que procurar outro emprego, tem que assinar carteira que aqui não tem”. Isso aí eu não tiro a cobrança não, porque a gente tem que ter mesmo, a gente tem que pensar que ter uma aposentadoria, doença; na COOPREC a gente não tem essa realidade, então eu estou perdendo assim muito, mas estou ganhando experiência. Mas em casa todo mundo fala “vai procurar outro serviço de carteira assinada e tal tá perdendo tempo ali”. Então assim, em vista do que a gente recebe de crítica a gente recebe elogio também (Dalva, Cooperativa Cooprec).

Os baixos rendimentos são também outro motivo de preocupação das trabalhadoras; boa parte das entrevistas, sobretudo dos trabalhadores de Goiânia, revelaram essa realidade. Das iniciativas pesquisadas, os rendimentos variam mensalmente, em Goiânia, de 100 a 450 reais, e, em Campinas, de 120 a 650 reais. Tal fato acompanhado da instabilidade desses ganhos gera ansiedade e preocupação, pois, como já foi apontado anteriormente, a renda adquirida com o trabalho na cooperativa é que garante o sustento da família.

Aqui um ponto negativo é a dificuldade financeira. A gente trabalha, trabalha e chega no final do mês não tá dando nem um salário, então isso pra mim é um ponto negativo (Valdete, Cooperativa Cooprec)

Eu falo assim: naquela época... Agora a gente faz assim o valor é tanto deu 4,00, naquela época, que a gente começou, a gente fazia assim: somava tudo e vendia tudo e a gente falava nossa deu tudo isso! Eu tô dando um exemplo, aí dividia, aí pegava o fundo que tinha que pagar água, pagar luz, os gastos e nós recebia o nosso, e tinha que deixar o do fundo, todo mês tinha que deixar o do fundo, porque se tem que arrumar o barracão, a eletricidade é tudo por nossa conta agora, mas agora caiu muito o valor (Maria, Cooperativa Antônio Costa Santos).

Não, lá só era melhor por que completava um mês eu já recebia o meu salário, né? Aqui a gente pega, mais é assim picado não é o salário fixo (Lia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

A gente vende e as pessoas prometem vir pagar e depois não vem; quando a gente recebe não recebe tudo de uma vez, a gente pega os pouquinhos e os pouquinhos que nós recebemos a gente divide. Mais não é por mês não é por semana, sempre quando alguém vai pagar cada um recebe o mesmo tanto (Sônia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

Sinto, pois eles fazem pouco caso porque a gente ganha menos. Mexe com lixo e ainda ganha pouco dinheiro. Quando a gente está em um grupo, mesmo eles tratando com o respeito a gente vê que é diferente. Mas isso vai demorar acabar (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Algumas características importantes, diretamente associadas aos rendimentos e à administração do empreendimento, são a vulnerabilidade e a instabilidade dessas iniciativas que, a qualquer momento, podem fechar suas portas sem condições de oferecer o mínimo de apoio ao trabalhador.

A pesquisa de campo e o contato com as trabalhadoras possibilitaram perceber que as instituições de referência são fundamentais para a viabilidade do empreendimento. A partir desta consideração, foi possível encontrar Cooperativas que têm apoio factual de suas incubadoras, como é o caso da Cooprec. Em contrapartida existem aquelas que passaram pelo processo de incubação quando abriram suas portas, mas depois foram abandonados à própria sorte, como retrata os relatos das entrevistas dos trabalhadores da Cooperativa A. Ambiental. As promessas não cumpridas fazem com que os trabalhadores desacreditem na viabilidade do empreendimento.

Só mesmo a situação nossa que tá um pouco precária se melhorar vai ser muito bom. Se Deus abençoar que o projeto dá certo vai ser bom. ...como eu disse é de longo prazo, vai ser demorado. Vamos aguardando (Vandir, Cooperativa A. Ambiental).

Foi a ilusão, chegaram na minha casa, era universidade, Banco do Brasil, era um domingo, queriam porque queriam montar essa cooperativa, eles me acharam e eu achei problema, antes eu passeava, tinha dinheiro para levar

minha filha no congresso, comia bem, hoje eu devo dois meses de aluguel e não aparece um deles para perguntar o que eu estou precisando, antes eu era dona de mim, hoje eu não consigo nem comprar os meus remédios, agora eu vou viajar, para Aparecida do Norte, pedir ajuda, quando voltar, vou procurar um advogado para resolver tudo isso (Francisca, Cooperativa A. Ambiental).

Outra face desta insatisfação é a do preconceito. Algumas entrevistas revelaram, sobretudo as realizadas nas cooperativas de reciclagem, que as trabalhadoras se sentem vítimas de preconceito manifestado por parte de alguns segmentos da comunidade ou até mesmo por parte de seus próprios familiares, pelo fato de trabalharem com material reciclável, considerado por muitos como lixo. Esse fato gera certo desconforto e está entre os principais motivos que geram a insatisfação com o trabalho por elas realizado.

Um dos negativos é o preconceito, né, ganhar pouco e o preconceito. A própria família fala: ah, mais você estudou e por que você está fazendo isso? Eles não entendem que não é negócio de estudo é muito mais do que estudar, porque eu não quero ser professora, nunca quis e ser professora só por ser para mim não dá. Então, um dos pontos negativos é que as famílias ficam julgando a gente e achando que a gente tinha que fazer outra coisa; eles não entendem a visão da gente aqui (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Com certeza, pois o pessoal vê a gente como lixeiro, pois não foi trabalhado com o pessoal o que é o material reciclável, então eles vêem a gente como lixeiro. Tem um preconceito muito grande ainda, mas não me abala (Joana, Cooperativa Cooprec).

Entretanto, mesmo com a demonstração da insatisfação diante do trabalho na cooperativa, foi possível perceber que, ressaltando a existência de alguns casos, os cooperados não deixariam a cooperativa caso tivesse outra oportunidade de trabalho. Tal fato pode ser corroborado a partir das respostas à seguinte pergunta contida no roteiro de entrevistas: “Você deixaria a cooperativa/associação caso tivesse outra oportunidade de trabalho?”

Negativo... Pelo trabalho, pelas as amizades que a gente tem aqui, entendeu? Eu não vou falar que toda dia é mil maravilha, mar de rosas; sempre tem problemas, mas assim, fora a minha casa aqui é a minha segunda família. Não sei, sabe? Entrou dentro de mim, não sei explicar (Rosa, Cooperativa A. Costa Santos).

Não. Só quando ela fechar mesmo e não tiver mais jeito. É porque a gente não tá tirando um salário. Eu não sairia daqui por menos de dois salários lá fora de jeito nenhum. Porque eu prefiro ganhar menos fazendo aquilo que eu gosto, do que ser submetido a outro tipo de trabalho (Valdete, Cooprec Cooprec).

Eu me sinto bem aqui, eu gosto daqui, eu não pensei em sair não. Se a gente sair esses panos de retalho ficam tudo as dó, e a gente faz uma as coisas que o pessoal gosta, que o pessoal não sabe fazer (Lia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

Não. Só quando eu perceber que ela está lá no topo ou ela fechar as portas, eu até pretendo sair da Cooperativa. Eu penso assim meu pensamento “que a Cooperativa tem que buscar meios pra reestruturar, voltar ela como ela era e ter pessoas para dirigir, ai eu vou sair, porque tá na hora de parar mesmo, porque esse trabalho de direção cansa, o financeiro, então eu quero sair dela sim. Então tem dois momentos ou eu posso sair dela se ela fechar as portas ou posso sair dela quando ela tiver bem. Eu não quero sair e deixar ela com dificuldades tocando, eu quero sair e deixar ela bem. É um trabalho nosso do bairro que a gente construiu junto (Mariana, Cooperativa Cooprec).

Eu não saio daqui não! Pra sair daqui para trabalhar de doméstica eu não saio daqui de jeito nenhum! Eu acho que nem para trabalhar de outro emprego, eu prefiro aqui mesmo, eu já tô acostumada (Marilda, Nossa Senhora Aparecida)

A partir das falas supracitadas, é importante perceber que apesar das dificuldades, apontadas pelas próprias trabalhadoras, do trabalho solidário, eles ainda querem continuar no empreendimento. Convém ressaltar que, mesmo os que disseram que sairiam da cooperativa, dizem mudar de idéia caso a situação do empreendimento melhorasse. Convém lembrar, mesmo que não tenha ficado explícito nos discursos, que apesar de tudo, essas pessoas têm consciência de sua pouca qualificação e escolaridade, o que dificultaria e muito para elas encontrar postos de trabalhos qualificados. Assim, é melhor ficar na cooperativa, não por razões político-ideológicos, embora alguns discursos apontem para isso, mas pelas mesmas razões que os motivaram entrar no empreendimento.

É de fundamental importância salientar que a constatação acima não pode ser considerada de forma genérica, embora seja uma tendência, até porque estas experiências são muito diversas, o que torna inviável empreender tal postura. Tal argumento se justifica porque existem casos que merecem ser destacados, como, por exemplo, o de uma trabalhadora da Cooprec que conseguiu aprovação em um concurso público e fez todo o esforço necessário para continuar desempenhando suas atividades na cooperativa. Tal cooperada trabalha pela manhã na cooperativa e à noite é secretária em uma escola. Este fato é um exemplo importante de pessoas que se identificam com o trabalho neste empreendimento por outras questões que vão além das pretensões econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações feitas, é importante salientar que as transformações no mundo do trabalho são marcadas por transversalidades dentre as quais podemos destacar a de gênero. A economia solidária está inscrita nesse processo e como tal produz um cotidiano de trabalho marcado por vulnerabilidades e desregulamentação, conforme foi demonstrado.

Contudo, ela tem se configurado como uma saída encontrada por muitas mulheres de se inserirem de alguma forma no mercado de trabalho e suprirem algumas necessidades imediatas e cotidianas. Embora os rendimentos sejam insignificantes na grande maioria dos casos, é importante observar que se trata de trabalhadoras, como foi analisado, com pouca escolaridade e sem qualificação profissional que estavam vivenciando a dura realidade do desemprego e que têm poucas, ou nenhuma chance, de conseguir inserção em postos de trabalhos mais qualificados.

Assim, a experiência empírica demonstra que essas experiências estão muito distantes daquilo que os estudiosos mais otimistas apontam. No entanto, elas se constituem como uma possibilidade importante de geração de renda e trabalho, sobretudo para mulheres de comunidades pobres. Ademais, as trocas de experiências entre as trabalhadoras podem ajudá-las a criar espaços de discussão e reivindicação dentro ou fora do empreendimento, bem como promover mudanças importantes no relacionamento com seus familiares, sobretudo com os cônjuges.

Entretanto, percebe-se que os empreendimentos de economia solidária estão dissociados dos princípios da autogestão, da democracia e da promoção de igualdade, e também não têm oferecido os pilares necessários para que as mulheres tenham acesso a melhores condições de trabalho, nem tampouco podem colaborar para a supressão da divisão sexual do trabalho. Embora tenha sido possível observar algumas assimilações importantes, é preciso resolver primeiramente as dificuldades estruturais e econômicas desses empreendimentos, para depois observá-los como campos possíveis de transformações das relações sociais, sobretudo as de gênero. Sem condições mínimas de subsistência é humanamente impossível pensar em transformações substanciais.

Nesse ponto, a implementação de políticas públicas em economia solidária com enfoque de gênero são de fundamental importância, visto que as mulheres são maioria nesses empreendimentos e em vários outros postos de trabalho marcados por vulnerabilidades e instabilidades.

As pesquisas em torno dessa temática podem contribuir para dar visibilidade para as demandas das mulheres e direcionar melhor a elaboração dessas políticas. Os princípios de autogestão, democracia e igualdade de fato poderiam, caso fossem realidade, constituir um caminho possível para a supressão da divisão sexual do trabalho e para a construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. No entanto, por ora, o que é possível dizer é que existem diferentes experiências, com problemas similares e que a economia solidária é um desafio em um campo com inúmeras possibilidades, sobretudo para mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs). *A Perda Social da Razão do Trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*; São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. (mimeo), 2005.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 95- 135.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). *Organizações e Sociedade*, Salvador, v.8 n.20, jan./abr. 2001. P. 1-14.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. *Revista Dados*, nº. 3, v 50. 2007. p. 499- 533.

GUÉRIN, Isabelle. Introdução Geral. In: *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 11-30.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. *Cadernos de Crítica Feminista*, Ano III, n. 2, dez. 2009.

HIRATA, HELENA; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estud.* - CEBRAP. 2010, n.86, pp. 93-103.

_____. Divisão sexual do Trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, HELENA...(et. Al) (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

LAVILLE, Jean Louis. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: França Filho *et al.*. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LEITE, Marcia. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: Leite, Marica; ARAÚJO, Angela M. C. (orgs). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.

SINGER. Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.